

**CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO PARQUE ESTADUAL DE TERRA RONCA-
GO: DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO COMUNITÁRIO
(PRIMEIRA ATIVIDADE DE CAMPO)**Victória de Melo Leão¹Rafael de Freitas Juliano²¹ Turismóloga, Mestranda em Ambiente e Sociedade – PPGAS/UEG² Biólogo, Doutor em Ecologia e Conservação de Recursos Naturais - UFU

Resumo: Este ensaio tem como objetivo apresentar resultados parciais do projeto de pesquisa em desenvolvimento no Mestrado Ambiente e Sociedade, da UEG Morrinhos. As questões que direcionam os estudos da pesquisa são: 1) As relações territoriais e ecológicas são oneradas pelos conflitos socioambientais entre os atores sociais (Comunidade Autóctone e Administradores do PETER)? 2) Como os conflitos socioambientais entre os atores sociais interferem no desenvolvimento do Turismo Comunitário? A proposta de pesquisa deste projeto busca analisar as relações inerentes aos conflitos socioambientais no Parque Estadual de Terra Ronca no processo de preservação ambiental e desenvolvimento turístico da região, propondo reflexão teórica a partir do uso dos recursos analíticos da Ecologia Política. A pesquisa é do tipo descritiva-explicativa, que possibilita explicar o objeto e identificar os fatores que definem a situação do mesmo em relação à questão que define a pesquisa. Os atores sociais do objeto proposto para estudo são a Comunidade Autóctone e os Administradores do Parque Estadual de Terra Ronca. O projeto já possui uma atividade de campo realizada, em novembro de 2016. A discussão do projeto abrange discussão territorial, Unidades de Conservação, Ecologia Política, Turismo Responsável e Turismo Comunitário.

Palavras Chave: Metodologia. Unidades de Conservação. Trabalho de campo.

1. Introdução

Estima-se que o movimento ambientalista surgira em meados do século XIX, sem data exata, e uma das suas maiores influências seria a Revolução Industrial, uma vez que, por sua virtude, exigiu-se a transformação dos espaços para comportar o crescente número de pessoas que migraram para a cidade em busca de empregos em ambientes afastados do meio natural, o que não acontecia antes da industrialização dos meios de produção. O despertar do interesse a vida selvagem se deu pela “ideia de que o homem havia se afastado da natureza” (MCCORMICK, 1992, p. 27).

Ao final do século XIX, nos Estados Unidos, o movimento ambientalista se dividiu em duas vertentes: preservacionismo e conservacionismo. A primeira defendia que a interação entre homem e natureza deveria ser apenas de cunho contemplativo e recreativo, enquanto a segunda defendia a exploração dos recursos naturais de forma controlada e sustentável (MCCORMICK, 1992, p. 31). Destaca-se como a primeira reserva para proteção de áreas virgens, de cunho preservacionista, o Parque Nacional de Yellowstone em 1872.

O Brasil importou o modelo preservacionista para a criação de suas áreas de conservação ecológicas, com regimento implementado pelo Código Florestal de 1934. O primeiro parque foi criado em 1937 em território entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais, o

Parque Nacional de Itatiaia. Porém, a adoção do modelo americano em suas unidades de conservação expulsou populações tradicionais de seus territórios desestruturando-as socialmente, marginalizando-as (SANTOS, 2010, p. 438).

Em contrapartida ao movimento ambientalista, os meios de produção agropecuários são fomentados pela cultura do utilitarismo, com a perspectiva antropogênica de que a natureza é um objeto para ser usado e consumido, atendendo a demanda do ser humano. “E a postura utilitária seria uma posição mínima, uma primeira base na qual chegamos quando universalizamos a tomada de decisões com base no interesse próprio” (SINGER, 1998, p. 20).

Este projeto propõe analisar relações inerentes aos conflitos socioambientais no Parque Estadual de Terra Ronca no processo de preservação ambiental e desenvolvimento turístico da região.

O Decreto nº 4700/96, que define os limites do parque, no artigo 2º, trata sobre a desapropriação de terras e benfeitorias:

As áreas de terras e benfeitorias incluídas na extensão do Parque descrita no art. 1º deste decreto são declaradas de utilidade pública para fins de desapropriação, ficando a Fundação Estadual de Meio Ambiente do Estado de Goiás – FEMAGO – responsável pela implantação e administração do Parque Estadual de Terra Ronca, bem como autorizada a providenciar, na forma da legislação vigente, as desapropriações e indenizações necessárias (GOIÁS, 1996).

Porém, o artigo 3º assegurou a permanência das populações tradicionais residentes dentro dos limites do parque:

As populações tradicionais que, até a data de publicação deste decreto, se encontrarem residindo dentro dos limites do Parque Estadual de Terra Ronca, terão assegurada a continuidade de sua permanência na área desde que harmonizada com os seus objetivos de conservação (GOIÁS, 1996).

E para definir o termo “populações tradicionais”, o legislador expõe no parágrafo 1º do artigo 3º:

Para efeitos deste decreto, consideram-se população tradicional do Parque as famílias que sobrevivam de roças, de pequena lavoura ou do extrativismo sustentável de recursos naturais renováveis, voltados estritamente para a subsistência, e que estejam tradicional e culturalmente integradas à região e comprovadamente residam na área do Parque há, no mínimo 10 anos (GOIÁS, 1996).

Mas, muitos moradores do Povoado São João Evangelista ainda permanecem no dentro do parque com atividades que divergem dos objetivos de conservação, aguardando indenizações pela desapropriação de terras a serem pagas pelo governo de Goiás

A decisão emanada tomou uma postura diferente da concepção de unidade de conservação de proteção integral da época, baseada no modelo norte-americano de unidade de conservação (VALLEJO, 2003, p. 3), onde “não é permitida a realização de atividades

humanas, a não serem aquelas com finalidade de pesquisa científica” (JATOBÁ; CIDADE; VARGAS, 2009, p. 53).

2. Revisão Bibliográfica

O movimento da “Ecologia Política” iniciou no início da década de 1970, com autores como Ehrlich, Hardin, Heilborner e Ophuls (BRYANT; BAILEY, 1997, p. 10). O desenvolvimento sustentável, segundo a Ecologia Política, caracteriza-se a partir da necessidade de articulação entre sociedade e natureza, a partir de uma visão de justiça social, governança e empoderamento. A Ecologia Política “propõe análise dos problemas ambientais em função do contexto sócio econômico e Político-ideológico, considerando a “socionatureza como a base do processo produtivo e como palco de conflitos” (JATOBÁ et al., 2009, p. 49-50).

Há várias razões para o lento desenvolvimento da ecologia política do Terceiro Mundo na década de 1970. Para começar, o termo ‘ecologia política’ teve fortes conotações negativas para muitos na esquerda política durante essa década, como resultado de sua associação com o trabalho de Ehrlich (1968), Hardin (1968), Heilbroner (1974) e Ophuls (1977). Estes ‘eco pessimistas’ previram que o mundo enfrentaria uma iminente catástrofe social e ambiental devido ao crescimento descontrolado da população (Terceiro Mundo) e os níveis de consumo (Primeiro Mundo). (BRYANT; BAILEY, 1997, p. 10, grifo do autor, tradução nossa)

A Ecologia Política exige que os problemas ambientais não sejam tratados isoladamente do contexto político e econômico em que surgiram. É necessário relacionar movimentos socioeconômicos, políticos e atores sociais. Para Martinez-Alier (2007), a Ecologia Política é a junção da ecologia humana com a economia política. Ela examina conflitos ecológicos provenientes de uma economia não sustentável. Possui como estratégia de ação fundamental os movimentos socioambientais e desenvolvimento de propostas, a cerca da “justiça ambiental, a resistência como estratégia de luta e proposições de alternativas ao desenvolvimento” (JATOBÁ et al., 2009, p. 69).

A Ecologia Política interpela o território a partir das relações de poder dos atores sociais e das suas práticas socioespaciais, em distintas escalas geográficas. A territorialidade da espécie humana é construída a partir de políticas, enquanto a ecologia humana se caracteriza através do conflito social, levando em consideração que o ser humano não possui recursos instintivos sobre a utilização exossomática da energia e dos materiais. Assim, a disputa por recursos naturais limitados por atores sociais com capacidades de poder e interesses distintos gera conflitos socioambientais que modelam os territórios ocupados (MARTINEZ-ALIER, 2007).

Dentre as atividades econômicas praticadas em territórios com interesses de preservação ambiental, uma que mais se discute o desenvolvimento sustentável é o Ecoturismo. É definido como:

[...] um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações (BRASIL, 2010, p. 17).

Esse segmento turístico propõe que os benefícios resultantes das atividades ecoturísticas, baseadas nas premissas do Turismo Responsável, alcance principalmente as comunidades autóctones, “tornando-as protagonistas do processo de desenvolvimento da região” (BRASIL, 2010, p. 18). Assim, a “comunidade autóctone poderia ser definida como aquele coletivo humano que recebe uma dupla corrente migratória” (BENI, 2002, p. 82), ou seja, residentes da região explorada turisticamente.

A atividade turística de observação proposta pelas unidades de conservação, inicialmente, não é explícita. O ecoturismo empodera as comunidades autóctones para recuperar sua ação política, reestrutura-as. Estas mudanças são classificadas em quatro categorias: administrativa (a criação de fronteiras jurídicas), de infraestrutura (serviços, leitos e estradas que satisfazem as necessidades turísticas), demográfica (deslocamento populacional), e, econômica (mudança econômica do setor de produção de serviços).

O turismo responsável busca compartilhar experiências de desenvolvimento interior e de respeito pelos viajantes à localidade visitada, por meio de práticas e atitudes, com a proposta de minimizar os impactos socioambientais e culturais que o turismo pode acarretar, assim incentivando na integração das nações (SALVATI, 2002).

Desta forma, o turismo responsável, na conjuntura de uma estratégia para a sustentabilidade dos destinos turísticos, é aquele que mantém e, onde possível, valoriza as características dos recursos naturais e culturais nos destinos, sustentando-as para as futuras gerações de comunidades, visitantes e empresários (WWF, 2001).

Como uma das estratégias do turismo responsável, encontra-se o desenvolvimento do Turismo Comunitário que, segundo Coriolano (2006):

Entende-se por turismo comunitário aquele em que as comunidades de forma associativa organizam arranjos produtivos locais, possuindo o controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas à exploração do turismo. [...] é realizado de forma integrada às demais atividades econômicas [...]. Prioriza a geração de trabalho para os residentes nas comunidades, os pequenos empreendimentos locais, a dinamização do capital local, a garantia da participação de todos, dando espaço também às mulheres e aos jovens. Assegura a participação das pessoas das comunidades com o planejamento descentralizado e associativo, luta pela

regulamentação fundiária e pela garantia da posse da terra de [...] comunidades nativas (CORIOLANO, 2006, p. 201-202).

Busca, também, “a regulamentação das unidades de conservação, assim como a implementação de comitês da gestão ambiental nessas unidades e planos de manejos e de conservação compatíveis como o turismo” (CORIOLANO, 2006, p. 202).

3. Material e Métodos

3.1. Área de Estudo

O Parque Estadual de Terra Ronca – GO, PETER, foi criado pela Lei nº10.879, de 7 de julho de 1989, governo Henrique Santillo, com o intuito de preservar o patrimônio espeleológico, nascentes, rios interiores e cachoeiras, fauna, flora e paisagem natural do mais significativo conjunto de cavernas do Centro Oeste brasileiro (YAGUIU, 2011, p. 149) e possui “reconhecida importância turística, assegurando e proporcionando oportunidades controladas para uso pelo público, educação e pesquisa científica” (GOIÁS, 1996).

Localizado entre os municípios de São Domingos e Guarani – GO possui área de 57.018 hectares. Seus limites foram estabelecidos pelo Decreto nº 4.700, de 21 de agosto de 1996, durante o governo Maguito Vilela e renovado pelo Decreto nº 7.996, de 13 de setembro de 2013, durante o governo Marconi Perillo Junior.

3.2. Equipe

A equipe foi composta pela pesquisadora proponente da pesquisa, o orientador da pesquisadora e um pesquisador convidado.

3.3. Materiais utilizados

Para a realização da atividade se fez uso de materiais para registro: Câmera Fotográfica (Canon powershot sx30 is), para registro de imagens; GPS (Garmin Etrex 20), para registro de características geográficas e trilhas; Notebook (Dell Inspiron 14 I14-5458-D08P Intel Core - i3), para registro no Diário de Campo.

3.4. Metodologia

A metodologia utilizada para registro da atividade de campo foi o Diário de Campo. Têm-se como Diários de Campos “instrumentos de auto-relato usados repetidamente para examinar experiências correntes” (BOLGER et al., 2003, p. 580).

Para que o registro do Diário de campo ser autêntico, ele deve seguir quatro regras básicas: a) regularidade do registro: deve-se possuir uma sequência de entradas regulares durante um período de tempo; b) ser pessoal: o registro deve ser individual, feito por um indivíduo identificável; c) ser contemporâneo: os registros são feitos no momento ou perto o

suficiente do momento em que os eventos ou atividades ocorreram, para que o fato não sofra alterações devido a memória; e d) ser um registro propriamente dito: os apontamentos gravam o que o indivíduo considera relevante e importante e podem incluir o relato de eventos, atividades, interações, impressões e sentimentos (BOLGER et al., 2003, p. 580).

4. Resultado e Discussão

A atividade seguiu roteiro pré-estabelecido (Quadro 1) pela equipe, para que se aproveitasse o máximo da dinâmica proposta.

Quadro 1 - Roteiro da atividade de campo

13/11/2016	
13h	Embarque para Goiânia
16h	Chegada em Goiânia
16h30	Briefing
19h	Jantar
20h30	Embarque para São Domingos
14/11/2016	
8h30	Chegada em São Domingos
9h	Visitação ao Centro Histórico de São Domingos
11h30	Almoço
12h50	Embarque para o PETER
16h	Chegada ao PETER
16h30	Check in na hospedagem
18h	Briefing
19h	Jantar
15/11/2016	
7h	Café da Manhã
8h	Visitação à Caverna Terra Ronca I
13h	Almoço
16h	Briefing
19h	Jantar
16/11/2016	
7h	Café da Manhã
8h	Visitação ao Povoado São João Evangelista
12h	Almoço
13h30	Visitação ao Povoado São João Evangelista
19h	Retorno à Hospedagem
20h	Jantar
17/11/2016	
7h	Café da Manhã
8h	Briefing
10h	Retorno a São Domingos
13h30	Chegada em São Domingos
14h	Almoço
18h	Embarque para Goiânia
18/11/2016	
6h	Chegada em Goiânia
9h	Saída para Morrinhos
12h	Chegada em Morrinhos

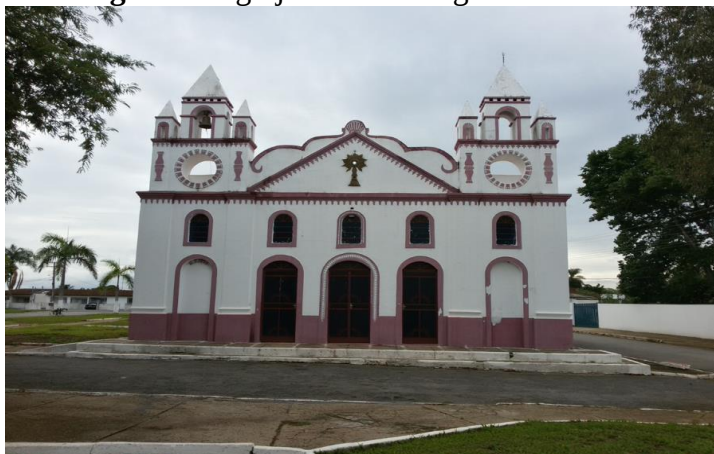
Fonte: Autores (2016)

No início da atividade de campo, no dia 13 de novembro, o orientador e o pesquisador convidado se deslocaram para Goiânia em encontro com a pesquisadora proponente da pesquisa. O trecho foi percorrido por ônibus intermunicipal.

Ao chegarem em Goiânia, a equipe se reuniu para um *Briefing*. Esta atividade foi realizada a fim de ajustar os últimos detalhes das atividades que se realizaram no Campo. Após o jantar, a equipe embarcou para São Domingos em um ônibus interestadual, semi-leito, que fez uma conexão em Brasília-DF.

No outro dia, 14 de novembro, logo pela manhã, a equipe chegou no município de São Domingos. Acomodaram a bagagem na lanchonete que se localizava na rodoviária e foram realizar a visita ao Centro Histórico da Cidade (Figura 1). Esta atividade proporcionou o reconhecimento histórico do município, importante para a construção conceitual do mesmo e seus distritos, em especial o Povoado de São João Evangelista.

Figura 1 - Igreja São Domingos de Gusmão



Fonte: Pereira (2016)

O município é rodeado pela Área de Proteção Ambiental da Serra Geral (Figura 2).

Figura 2: Vista da APA da Serra Geral pelo centro do município de São Domingos



Fonte: Juliano (2016)

Após o *Tour* pelo município, a equipe foi almoçar e se preparar para o embarque para o PETER. O ônibus (Figura 3) que realiza o transporte até o parque é de empresa particular, contratado pelo município. Suas frequências de viagens são na segunda, quarta e sexta feira. A única maneira de acessar o parque é de carro particular. Existe também o transporte escolar, que mesmo vetado o transporte de terceiros que não sejam alunos, serve como alternativa para a população, vista a precariedade nos transportes locais.

Figura 3 - Ônibus linha São Domingos - PETER



Fonte: Juliano (2016)

A estrada até o parque não é asfaltada e muito esburacada. Durante o trajeto choveu, o que dificultou a viagem. O ônibus, em situação precária, molhou por dentro. O trecho de aproximadamente 50 Km levou três horas para ser percorrido. Porém, o momento foi oportuno para o início de uma aproximação com a comunidade autóctone do parque. Foi possível observar algumas das atividades econômicas (Figura 4) que ocorrem dentro dos limites do parque que não condiz com sua legislação.

Figura 4 - Gado Nelore dentro dos limites do PETER



Fonte: Juliano (2016)

Ao chegar no parque, nos direcionamos para a Pousada do Ramiro (Figura 5), principal guia de turismo do parque e pessoa influente da comunidade autóctone. Após o *check in*, a equipe realizou um *briefing* a fim de alinhar os dados levantados da atividade até o momento.

Figura 5 - Pousada do Ramiro



Fonte: Juliano (2016)

Na manhã do dia seguinte, 15 de novembro, realizou-se visita ao principal ponto turístico do PETER, Caverna Terra Ronca I (Figura 6). Este momento trouxe a luz sobre a atividade turística desenvolvida no Parque. Esta visita foi guiada pelo guia William. Os EPI's para a realização da atividade foram fornecidos pelo guia.

Figura 6 -Caverna Terra Ronca I



Fonte: Juliano (2016)

Após a visitação, a equipe retornou para a pousada para o almoço. A estrutura da hospedagem é rustica (Figura 7), podendo proporcionar ao turista a experiência de um ambiente rural e simples. Após o almoço, realizou-se o *briefing*, a fim de alinhar os dados levantados da atividade até o momento. Foram-nos disponibilizados, pelo dono da hospedaria, materiais como livros, fotografias e outros que contribuiriam para o enriquecimento do trabalho.

Figura 7 - Cozinha da Pousada do Ramiro



Fonte: Juliano (2016)

O dia 16 de novembro ficou a cargo da visitação ao Povoado São João Evangelista (Figura 8). Neste momento a equipe entrou em contato com a comunidade autóctone, sob guiamento do Ramiro. Para ir à comunidade, que fica a 12km da pousada, aproveitou-se do transporte escolar que leva as crianças ao município de São Domingos para estudar. Visitou-se diversas casas do povoado, e a equipe se apresentou à comunidade, estreitando os laços.

Figura 8 - Povoado São João Evangelista



Fonte: Juliano (2016)

A infraestrutura do povoado é precária, com limitação dos meios de comunicação, ausência de saneamento básico. A volta à pousada foi complicada, pois o transporte escolar quebrou no município e a equipe ficou dependente de carona.

No dia 17 de novembro, a equipe se despediu da primeira atividade de campo no PETER, retornando para o município de São Domingos em transporte particular. Para o pagamento deste transporte, a equipe teve dificuldades pela ausência de bancos/caixas eletrônicos que atendessem a necessidade de saque.

A atividade se encerrou no dia 18 de novembro com a chegada da equipe em suas respectivas residências.

5. Considerações Finais

A primeira atividade de campo permitiu uma melhor compreensão do processo de turistificação do Parque Estadual de Terra Ronca. As leituras prévias sobre o objeto de estudo foram parcialmente comprovadas com este contato. Assim, ocorreu a identificação concreta dos conflitos socioambientais indicados pelas alterações territoriais a partir da criação do PETER e seu Plano de Manejo. Proporcionou, ainda, abertura para contatos futuros, estes necessários para o desenvolvimento do projeto.

6. Referências

- BENI, M. C. **Análise Estrutural do Turismo**. 7ª. ed. São Paulo: SENAC, 2002.
- BOLGER, N. et al. Diary methods: capturing life as it is lived. *Annual Review of Psychology*, v. 54, p. 579-616, 2003.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Ecoturismo: orientações básicas**. 2ª. Ed. Brasília, 2010.
- BRYANT, R.; BAILEY, S. I. **Third World Political Ecology**. New York: Routledge, 1997.
- CORIOLOANO, L. N.M.T.; **O Turismo nos Discursos, nas Políticas e no Combate à Pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.
- GOIÁS. Gabinete Civil da Governadoria. **Decreto nº 4.700**, DE 21 DE AGOSTO DE 1996. Disponível em
<http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/decretos/numerados/1996/decreto_4700.htm>
- JATOBÁ, S. U. S. **Gestão do território e a produção da socionatureza nas ilhas do Lago de Tucuruí na Amazônia brasileira**. In: TESE (Doutorado) Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília. 2006.
- JATOBÁ, S. U. S.; CIDADE, L. C. F.; VARGAS, G. M. **Ecologismo, Ambientalismo e Ecologia Política: diferentes visões da sustentabilidade e do território**. In: *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 24, n. 1, p. 47-87, jan./abr. 2009
- MARTINEZ-ALIER, J. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto, 2007

MCCOMICK, J. **Rumo ao Paraíso**: a história do movimento ambientalista. Trad. Marco Antonio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.

SALVATI, S. S. Planejamento do Ecoturismo. In: **Manual de ecoturismo de base comunitária**: ferramentas para um planejamento responsável. Brasília: WWF, 2003

SANTOS, B. de S. **A gramática do tempo, para uma nova cultura política**. 3ª edição, São Paulo: Cortez, 2010.

SINGER, P. **Ética Prática**. 2ª ed., São Paulo: Martins Fontes; 1998.

VALLEJO, L. R. **Unidades de conservação**: uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e de políticas públicas. Universidade Federal Fluminense, RJ, 2003. Disponível em: < http://arquivos.proderj.rj.gov.br/inea_imagens/downloads/pesquisas/PE_Ilha_grande/Vallejo_2003.pdf >

WWF. **Guidelines for Community-based Ecotourism Development**. Gland: WWF, julho 2001.

YUGUIU, S. Parque Estadual Terra Ronca. In: **Povos e Comunidades Tradicionais em Áreas de Proteção Integral no Brasil** – Conflitos e direitos. Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras. USP, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/levantamentoconf.pdf>>